

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.430.965 - SP (2019/0011477-3)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : **SIDNEY CARLOS LILLA**
ADVOGADO : **MARCOS MAURICIO BERNARDINI - SP216610**
AGRAVADO : **RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES S.A**
ADVOGADOS : **ANA PAULA TEODORO FALEIROS - SP186034**
VERÔNICA BATISTA TAVARES DE ALMEIDA - SP275073
RODRIGO FERRO SANTAROSA - SP384516
HUGO TADEU MARTINS PERES - SP402254

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base neste(s) fundamento(s): ausência de violação/negativa de vigência/contrariedade (arts. 24, I e II, 29, 49, II, 50, 81, §2º, VII, e 108 da lei 9.610/98 e 487, II, e 926 do CPC), Súmula 7/STJ e divergência não comprovada.

Entretanto, a parte agravante não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade do(s) seguinte(s) óbices: Súmula 7/STJ e divergência não comprovada.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, **NÃO CONHEÇO** do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro, por equidade, em 2% os honorários fixados anteriormente, observada a gratuidade de justiça deferida.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta

decisão, declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, §4º e 1.026, §2º do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Ministra

